



reunião de sócios, realizadas por ou com relação a qualquer sociedade domiciliada na República Federativa do Brasil;

6. Adquirir, alienar e transferir, quer por compra e venda, dação em pagamento, permuta, endosso, ou de outra forma, quaisquer quotas ou ações, registradas ou a serem registradas em nome de, ou de outra forma mantidas ou a serem mantidas por ou em nome do Outorgante, relacionadas a qualquer sociedade, bem como assinar os respectivos contratos e atos societários (inclusive alterações de contratos sociais, em caso de limitadas, e averbações em livros de registros de ações e de transferência de ações, em caso de sociedades anônimas), escrituras ou certificados de sociedades domiciliadas na República Federativa do Brasil;

7. Receber citação, notificação e intimação em nome do Outorgante com relação a todas e quaisquer ações judiciais que venham a ser instauradas contra o Outorgante na República Federativa do Brasil, especialmente para as finalidades da legislação societária em vigor, com respeito a ou que se originem de seu investimento ou participação em qualquer sociedade em que o Outorgante seja sócio, quotista ou acionista;

8. Representar o Outorgante perante órgãos, agências e autoridades municipais, estaduais e/ou federais, com poderes para administrar os bens e direitos do Outorgante na República Federativa do Brasil, e representá-lo perante a Receita Federal do Brasil, atendendo ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016 e sucessivas modificações;

9. Em geral, fazer a realizar tais outros atos e firmar quaisquer outros documentos conforme venham a ser necessários para os fins acima mencionados, como se o Outorgante estivesse pessoalmente presente e tivesse realizado os mesmos;

10. Em geral, representar o Outorgante nas negociações e tratativas relacionadas a assuntos que sejam de interesse do Outorgante, quer na qualidade de sócio, quotista ou acionista de sociedades domiciliadas na República Federativa do Brasil, podendo, para tanto assinar contratos, avenças, acordos e outros instrumentos obrigando o Outorgante;

O outorgado deverá sempre, em todos os casos, agir no interesse do Outorgante;

Esta procuração é válida até ao dia trinta e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

Vila Nova de Famalicão, vinte de março de dois mil e vinte e quatro.


ALBERTO COUTO ALVES, SGPS, S.A.
ALBERTO AUGUSTO COUTO ALVES
(Presidente do Conselho de Administração)